

## GREVE VITORIOSA!

### Unidade força governo a negociar com servidores.

Confira o resultado dos acordos (pg. 03) e avaliações políticas do movimento (pg. 02 e pg. 04).

Ato em Brasília realizado dia 04/07/2012



Mesa de Negociação com o Governo  
14/08/2012



Dia Nacional de Lutas  
25/04/2012



Paralisação do Inbra, Casai e Cnen  
26/06/2012



Ato na BR-153  
31/07/2012



Ato das Bananas  
25/07/2012



Marcha em Brasília  
05/06/2012



Cremação do Governo Dilma  
09/08/2012



Acampamento em Brasília  
17/08/2012



Marcha em Brasília  
05/06/2012



## Uma grande vitória, sim senhor

O Sintsep-GO saúda a garra, a fibra e a união de todos os companheiros e companheiras que, em Goiás e no Brasil, construíram uma das maiores e mais vitoriosas greves dos últimos anos do serviço público federal. Apesar dos reveses, das arbitrariedades como o corte de pontos (que está sendo negociado), nós fomos mais fortes. Fizemos o governo recuar de sua posição inicial, que era de conceder NADA – reajuste nenhum à nossa categoria. Fizemos o governo engolir parte de seu “discurso da crise”, quando milhões de reais são injetados na iniciativa privada – riqueza gerada por nós, que não retorna à população na forma de serviços e de valorização do patrimônio público.

No entanto, as vitórias obtidas com este movimento grevista foram muito maiores que as reposições salariais e os reajustes em benefícios como no vale alimentação e na *per capita* dos planos de Saúde. Nós lavamos a nossa alma e nos reafirmamos enquanto categoria! Retiramos o discurso da unidade do fundo da gaveta e o levamos para as ruas. Foram mais de 30 entidades paralisadas, de diversos setores. Apenas em Goiás, chegamos quase a seis mil servidores vinculados – direta ou indiretamente – à greve.

Em cerca de três meses, nosso grito ecoou forte, alto e uníssono, no Planalto Central do Brasil, inúmeras vezes. Marcamos presença em 26 Estados do país. Em Goiás, a Praça Pedro Ludovico Teixeira – a Praça Cívica, em Goiânia – foi palco de várias manifestações: desde manifestos pela valorização do servidor, contra a corrupção e a impunidade, passando por distribuição de bananas à população, chegando mesmo ao velório simbólico da presidente Dilma e de sua equipe de governo, cuja prática – do ponto de vista dos servidores – tem sido traidora de seus melhores discursos.

Para os grandes empresários e a iniciativa privada não há crise: há a isenção de impostos (IPI, por exemplo) e o plano de concessões de rodovias e ferrovias, cuja previsão é investir R\$ 133 bilhões em 25 anos (recursos públicos que serão repassados à iniciativa privada para construção, manutenção e a operação de ferrovias, bem como para duplicações, contornos, travessias e outras obras nas rodovias, com posterior cobrança de pedágio). Para a classe política, há aumentos de até 61% em subsídios, vencimentos e verbas de custeio (como houve em dezembro de 2010). Para trabalhadores da iniciativa privada há apenas reajuste de salário mínimo e as negociações entre patrões e empregados, mediadas pelos sindicatos, conforme prescreve a CLT; para servidores públicos, sem greve e sem pressão, não há nada, infelizmente.

Mas, mais do que reajustes, obtivemos respeito. Respeito do governo e da sociedade. Saímos de um cenário de pouco caso por parte do Executivo – que no início se recusava a “enxergar” a existência da greve – para um cenário de negociação. E, pela primeira vez em vários anos, o governo não nos levou “no bico”. Foram propostas em cima de propostas, em um processo exaustivo, concluído uma semana antes do prazo final – diferente de outros momentos nos quais, “aos 45 minutos do segundo tempo”, tínhamos que aceitar o que viesse, porque não havia mais tempo para nada.

Ainda resultado da greve, projetos defendidos pelos servidores – regulamentação da greve e da negociação coletiva – depois de várias décadas, têm suas minutas prontas e devem ser enviados ao Congresso, para resguardarem os trabalhadores em seus movimentos reivindicatórios. No entanto, o resultado deles não será positivo para os servidores se não houver pressão sobre o governo, que fará de tudo para aprová-los segundo seus interesses.

Para 2013, o cenário não prevê lutas menores. A unidade não deve ser apenas mantida, mas ampliada, para que novas conquistas como reestruturação das carreiras com equiparação de tabelas – tendo como referência a Lei 12.277/10 (carreiras transversais) – e retorno da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, entre outras, sejam atingidas. 2013 será um ano decisivo para o Brasil: antecede às eleições e à realização da Copa do Mundo. Será decisivo para nós também. Vamos juntos!

*Direção do Sintsep-GO*

**Expediente** Editado sob responsabilidade da Diretoria Executiva: Presidente: Ademar Rodrigues de Souza; Vice-Presidente: Anderson Wanderley dos Santos; Secretário Geral: Vicente Gonçalves Ribeiro; Diretoria de Finanças: Fátima Maria de Deus; 2ª. Diretoria de Finanças: Deuselene Ramos de Moraes; Diretoria de Organização: Gilberto Jorge Cordeiro Gomes; Diretoria de Imprensa, Comunicação e de Promoção: Aduacto Cruz (Interino); Diretoria de Assuntos Jurídicos: Marcos Aurélio de Oliveira; Diretoria de Formação Sindical e Sindicalização: Márcia Jorge; Diretoria de Estudos Sócio Econômicos: Nilson Luiz Marques; Diretoria de Aposentados e Pensionistas: Crescêncio Pinhão de Sena; Diretoria de Apoio ao Pessoal do Interior: Vilmar Martins da Silva; Diretoria de Articulação com os Movimentos Populares e Estudantis: Deusina Azevedo Soare e Diretoria da Mulher: Maura Lázara Leão. Diretores Suplentes: Raimundo Nonato de Miranda; João Gomes da Silva; José Ferreira da C. Filho; Ademar Romano; José Andrade da Silva; Wanderlan do Carmo Gomes; Claudinei José da Silva; Rubens Pereira de Melo; Laurison Antonio de Oliveira; Onofre Gonçalves Rodrigues; José Roberto Rodrigues da Cunha; Getúlio Rodrigues da Silva; Aduacto Joaquim da Cruz Neto; Marcelo Nagata e Carlos Alberto Esteves Ferreira. Conselho Fiscal titular: Eliene Inácia Pereira; Sebastião Roberto G. Moreira; Silvestre Antonio Leal e Suplentes do Conselho Fiscal: Sebastiana Maria Galdino; Juarez Araújo C.o e Umberto Braz Rodrigues. Diagramação: Herbium Bueno. Jornalista responsável: Rodrigo N. Leles (GO 1224-JP). Impressão: L.L. Gráfica e Editora Ltda. Tiragem: 4.500 exemplares.

## Atenção aposentados e pensionistas filiados ao sindicato

A Assessoria Jurídica do Sintsep-GO alerta a todos os servidores inativos (aposentados e pensionistas) para que não aceitem, de forma alguma, a proposta da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas - Ativos e Inativos (Anapai), recentemente encaminhada pelos Correios. Cabe esclarecer, neste sentido, que o Sintsep-GO é a entidade representativa da categoria e, nestes termos, já ingres-

sou com todas as ações possíveis, buscando defender e ampliar os direitos de seus filiados. Desta forma, qualquer envio de documentação à referida associação poderá, sem dúvida, PREJUDICAR as ações do sindicato que já estão em andamento. Por fim, a Assessoria Jurídica do Sintsep-GO coloca-se à disposição de todos os filiados para prestação de apoio jurídico/administrativo e para quaisquer esclarecimentos.

### Plano de Carreira da Ciência e Tecnologia

Com relação à questão da inclusão dos atuais servidores do INMET e CEPLAC na Carreira de Ciência e Tecnologia, haja visto que a Lei 12.702/2012, resultado da conversão da Medida Provisória nº 568, garantirá aos futuros servidores destes órgãos, vetando a inclusão dos atuais servidores, temos a comunicar que a questão está sendo

analisada pelos advogados do Sintsep-GO. O sindicato informa ainda que a assessoria jurídica da Condsef também está analisando a situação. Segundo as assessorias jurídicas das entidades, a recomendação deste momento é aguardar o posicionamento jurídico, para somente depois adotar as providências cabíveis, evitando precipitações.

### Ações Vitoriosas

Até setembro de 2012, a Diretoria Jurídica do Sintsep-GO contabilizou o pagamento de 144 ações a servidores filiados ao sindicato. Dentre elas, há ações referentes à Indeniza-

ção de Campo I e II (51); GDATA (12); GDPGTAS (31); GDASST (6); 28,86% Funasa (24), Incra (12) e Iphan (2); Auxílio Doença (1); GDARA (2); GDPST (6); GDPGPE (6); GDAFAZ (1).

### Aposentados I

Grças à aprovação da PEC 270/08 (atual EC 70/12), servidores que entraram no serviço público até o final de 2003 – que já se aposentaram ou venham a se aposentar por invalidez permanente – terão direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo em que se der a aposentadoria, sem cair no Regime Geral de Previdência Social. “Com o trabalho feito pelo Sintsep-GO, com apoio da Con-

desef e da CUT, foi possível corrigir esta injustiça imposta a essas pessoas que a partir de setembro deste ano começaram a receber seus proventos de forma integral. Eles ainda receberão a diferença retroativa à data da publicação no Diário Oficial da União do dia 30 de julho deste ano até hoje”, afirma o diretor de aposentados e pensionistas do Sintsep-GO, Crescêncio Pinhão de Sena.

### Aposentados II

Alguns servidores, que adentraram o serviço público nas décadas de 50 e 60, e que recebem diferença de proventos conforme o Artigo 192, inciso 2, da Lei 8.112/90, podem ter o direito de revisar suas aposentadorias em função de vantagens oferecidas pelo Artigo 184,

da mesma lei. Por iniciativa do Sintsep-GO, alguns companheiros foram beneficiados com esta situação. Em alguns casos, o valor da diferença chega a R\$ 400,00. Procure a Diretoria de Aposentados e Pensionistas do sindicato e fique a par de todos os seus direitos!

### Vitória do Jurídico

O departamento Jurídico do Sintsep-GO informa aos filiados que ganhou na Justiça o direito de não devolver parcelas recebidas de boa-fé, ou seja, indevidas, que foram pagas por erro da administração, sem qualquer participação do servidor. Acontece que vários órgãos enviaram intimações aos servidores mandando devolver os valores pagos de maneira equivocada, por seus setores de recursos

humanos. Sabendo do ocorrido, o sindicato impetrou mandados de segurança para anular os atos administrativos de reposição ao erário, no que foi bem sucedido. Os órgãos em que isso mais aconteceu foram Funasa e Base Aérea de Anápolis. Tratam-se de ações individuais, motivo pelo qual o servidor que venha a receber intimação, mandando devolver valores, deve procurar a diretoria Jurídica do Sintsep-GO.

# Acordos garantem reajustes que variam de 14% a 37%

Uma forte mobilização de mais de 350 mil servidores públicos em todo o país, que unificou a luta de 30 categorias dos mais diversos setores, resultou – no dia 29 de agosto – na aprovação de um dos mais difíceis acordos já “arancados” do governo Federal.



“Saímos de zero, que era a pretensão inicial do governo, para R\$ 1.000,00 (Nível Superior), R\$ 930,00 (Intermediário) e R\$ 630,00 (Auxiliar), inseridos na gratificação de desempenho e escalonados em três anos. Além disso, adiantamos nossa data-base em seis meses (agora é em janeiro), tivemos reajustes nos benefícios (vale alimentação e *per capita*) e garantia na continuidade de negociações fundamentais como a equiparação salarial com a

tabela criada pela Lei 12.277/10 e a incorporação das gratificações para aposentados e pensionistas segundo a média dos últimos 5 anos, e não apenas a metade, como é praticado em relação à Gacem e à gratificação de avaliação e desempenho”, explica o secretário-geral do Sintsep-GO, Vicente Ribeiro.

Cerca de 510 mil servidores em todo o país receberão os reajustes, entre ativos, aposentados e pensionistas. Neste cenário estão compreendidas categorias que representam a maioria dos servidores do Executivo e fazem parte do PGPE (Plano Geral de Cargos do Poder Executivo) – que possuem servidores lotados em todos os ministérios e autarquias, CPST (Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho) – que engloba também servidores da Funasa – além das carreiras correlatas. Carreiras correlatas compreendem categorias que possuem tabelas similares ou bem próximas à realidade salarial do PGPE e CPST – que possuem as menores tabelas do Executivo. Entre elas podemos citar Cultura, Fazenda (PECFAZ), Imprensa Nacional, SPU, HFA, Embratur, AGU/DPU, administrativos da PRF, Integração Nacional e Funai (categorias não citadas devem observar se estão inseridas no PGPE ou CPST e, portanto, estão contempladas pelo acordo).

Os acordos fechados com o governo estão contidos nos projetos de Lei 4.369/12, 4.368/12 (educação) e 4.371/12 (carreiras que recebem por subsídio). Até o momento, as emendas apresentadas aos projetos são relacionadas ao HFA (equiparação com PGPE e posteriormente mesmo reajuste), Tecnologia Militar (valores diferentes da gratificação da carreira) e anistiados celetistas (reposição pelo INPC e reajuste de acordo com o termo acordo dos anistiados).

Confira a íntegra dos acordos nas páginas da Condsef ([www.condsef.org.br](http://www.condsef.org.br)) e do Sintsep-GO ([www.sintseppo.org.br](http://www.sintseppo.org.br)).

## Inkra diz não

Além desses setores que aceitaram a proposta e representaram a maioria dos servidores que mantém uma greve geral em todo o Brasil, outros setores da base da Condsef já autorizaram a assinatura de acordo com o governo. Entre eles estão servidores da Área Ambiental (Ibama, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente), Abin, INPI, Tecnologia Militar, Inep/FNDE e Instituto Evandro Chagas. As únicas categorias que oficialmente não aceitaram a proposta do governo são os servidores do Incra e das Agências Reguladoras.

## Folha suplementar deve sair até 15 de outubro

A coordenadora-geral de Negociação e Relações Sindicais, Edina Lima, informou à Condsef que o Ministério do Planejamento promoverá a devolução integral de salários retidos de mais de 12 mil servidores até o dia 15 de outubro. Lima confirmou a confecção de folha suplementar atendendo à solicitação feita pela Condsef e suas filiais. A coordenadora de Negociação e Relações Sindicais disse ainda que a confecção da folha suplementar deve acontecer logo após a homologação dos termos de reposição que já estão com o Planejamento para análise desde a semana passada.

## PRINCIPAIS VITÓRIAS

- Reajustes salariais de 14% a 37%;
- Reajuste do Vale Alimentação (R\$ 373,00 à partir de janeiro de 2013);
- Continuidade para negociação de equiparação com a Lei 12.277 (cargos específicos do NS e extensão aos NI e NA) e para incorporação das gratificações para efeito de pensão e aposentadoria mediante média dos últimos cinco anos (Gacem e Gratificação de Desempenho);
- Data-base para o mês de janeiro.

## RESUMO DAS TABELAS

PGPE/PST
<b>Nível Superior</b> = R\$ 1.000,00 na GDPGPE/ GDPST. Valor do ponto: R\$ 46,17 (SIII) em 2015.
<b>Nível Intermediário</b> = R\$ 930,00 na GDPGPE/ GDPST. Valor do ponto: R\$ 21,24 (SIII) em 2015.
<b>Nível Auxiliar</b> = R\$ 630,00 na GDPGPE/ GDPST. Valor do ponto: R\$ 9,27 (SIII) em 2015.
<b>% de elevações das remunerações em 2015</b>
:: Nível Superior - Ativos = 14,29% (SIII) a 24,12% (AI) Aposentados = 9,63% (SIII) a 16,30% (AI)
:: Nível Intermediário - Ativos = 29,84% (SIII) a 37% (AI) Aposentados = 18,45% (SIII) a 22,80% (AI)
:: Nível Auxiliar - Ativos = 29,03% (SIII) a 31,00% (SI) Aposentados = 15,58% (SIII) a 16,67% (SI)

PROPOSTA FINAL										
REMUNERAÇÃO / IDADE	FAIXA 01 00-18	FAIXA 02 19-23	FAIXA 03 24-28	FAIXA 04 29-33	FAIXA 05 34-38	FAIXA 06 39-43	FAIXA 07 44-48	FAIXA 08 49-53	FAIXA 09 54-58	FAIXA 10 59 OU +
0000-1.499	121,94	127,69	129,42	134,60	138,62	143,22	154,08	157,44	159,90	167,70
1.500-1.999	116,19	121,94	123,67	127,69	131,72	136,32	147,42	149,76	152,10	159,90
2.000-2.499	110,44	116,19	117,92	121,94	125,97	130,57	139,86	142,08	144,30	152,10
2.500-2.999	105,84	110,44	112,16	116,19	120,22	124,82	133,56	135,66	137,80	144,30
3.000-3.999	100,08	105,84	107,56	110,44	114,46	119,07	127,26	129,28	131,30	137,80
4.000-4.999	90,88	93,18	94,91	95,48	99,51	104,11	105,84	107,52	109,20	111,80
5.000-7.499	87,43	88,58	90,31	90,88	94,91	99,51	100,80	102,40	104,00	106,60
7.500 ou +	82,83	83,98	85,70	86,28	90,31	94,91	95,76	97,26	98,80	101,40

**Observações:**  
 - Considerada a faixa de remuneração prevista na tabela constante do Anexo à Portaria Conjunta SRR/SOF/MP nº 1, de 29 de dezembro de 2009, acrescida das faixas etárias definidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar;  
 - Para ajuste das faixas etárias foram seguidos os seguintes critérios, em relação à tabela atualmente praticada no Poder Executivo Federal, comparativamente as faixas definidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar:  
 Faixa 03 (24 a 28) - R\$ 1,50  
 Faixa 05 (34 a 38) - R\$ 3,5  
 Faixa 06 (39 a 43) - R\$ 7,5  
 - Os valores das faixas 01 a 06, também foram reajustados, com base no índice de Preços ao Consumidor - IPC/INPE/SAÚDE (Fonte: <http://www.fipe.com.br/web/index.asp>), acumulado de janeiro de 2010 a março de 2012 - 15,0400%;  
 - Para fins de adequação da realidade dos atuais Planos de Saúde Suplementar, as demais faixas, foram reajustadas, ainda, nos seguintes percentuais:  
 Faixa 07 (44 a 48) - 20%  
 Faixa 08 (49 a 53) - 28%  
 Faixa 09 (54 a 58) - 30%  
 Faixa 10 (59 ou +) - 30%

TABELA VIGENTE					
REMUNERAÇÃO (R\$/Mês)/IDADE	GRUPO A - 00-18	GRUPO B - 19-28	GRUPO C - 29-43	GRUPO D - 44-58	GRUPO E - 59 OU +
0000-1.499	106,00	111,00	117,00	123,00	129,00
1.500-1.999	101,00	106,00	111,00	117,00	123,00
2.000-2.499	96,00	101,00	106,00	111,00	117,00
2.500-2.999	92,00	96,00	101,00	106,00	111,00
3.000-3.999	87,00	92,00	96,00	101,00	106,00
4.000-4.999	79,00	81,00	83,00	84,00	86,00
5.000-7.499	76,00	77,00	79,00	80,00	82,00
7.500 ou +	72,00	73,00	75,00	76,00	78,00



## Visitas ao Interior

Sintsep-GO inicia neste mês de outubro uma série de assembleias pelo interior do Estado, dando divulgação aos acordos firmados com o governo. Confira o cronograma: 08/10 (Morrinhos); 09/10 (Piracanjuba e Caldas Novas); 10/10 (Ipameri e Catalão); 11/10 (Pires do Rio e Silvéria); 15/10 (Jaraguá e Goianésia); 16/10 (Niquelândia e Uruaçu); 17/10 (Mara Rosa e Porangatu); 18/10 (Nova Glória e Rubiataba); 19/10 (Ceres e Rialma); 22/10 (Aparecida de Goiânia e Senador Canedo); 23/10 (Trindade e Goianira); 24/10 (Inhumas e Itapuranga); 25/10 (Goiás e Itapirapuã); 26/10 (Jussara); 29/10 (Luziânia e Formosa); 30/10 (Simolândia e Posse); 31/10 (São Domingos); 01/11 (Campos Belos); 05/11 (Palmeiras); 06/11 (São Luis e Iporá); 07/11 (Piranhas e Caiapônia); 08/11 (Jataí e Mineiros); 09/11 (Rio Verde); 12/11 (Pontalina e Goiatuba); 13/11 (Itumbiara e Quirinópolis); 14/11 (São Simão e Santa Helena).



## GREVE VITORIOSA

# Plenária consolida avaliação positiva

Cerca de 150 delegados do Sintsep/GO participaram no último dia 28 de setembro, sexta-feira, da Plenária Sindical de Base da entidade. Segundo a direção, o principal objetivo da atividade foi o de esclarecer delegados e delegadas sobre os acordos firmados com o governo e avaliar os resultados do movimento grevista.

Convidado para explicar qual o impacto os acordos teriam na remuneração dos trabalhadores, o economista do Dieese, seção Condsef, Max Leno de Almeida, apresen-

tou uma série de slides sobre como é a situação atual e como vão ficar as diversas tabelas nos anos de 2013, 2014 e 2015. Na atividade em Goiás, as tabelas mais discutidas foram as do PGPE (Plano Geral de Cargos do Poder Executivo) e PST (Previdência, Saúde e Trabalho) – setores que constituem a maioria dos servidores federais no Estado.

Os servidores consideraram a atividade vitoriosa, sob muitos aspectos. De acordo com o presidente do Sintsep-GO, Ademar Rodrigues, “os valores que nós obtivemos –

embora fundamentais – não foram nossa maior vitória, considerando a unidade e a força que o movimento agregou. É preciso lembrar bem que, no início do ano, a proposta do governo para nós era zero, nada. Vocês acham que se nós não tivéssemos feito greve teria havido algum reajuste?”, questionou o dirigente sindical, que complementou: “A greve teve este dom: unificar os trabalhadores. E esta talvez tenha sido nossa maior vitória”, pontuou.



**INCRA**  
A mesma opinião é compartilhada pelo companheiro Raulino Mendes, do Incra, apesar do órgão não ter aceitado a proposta do governo que – segundo ele – iria levar prejuízo à maioria dos servidores do órgão, em benefício de uma minoria, que seria contemplada com reajustes reais. “Nós ficamos 83 dias paralisados. No Incra de Goiás nós fechamos e trancamos os portões. Viagens, e qualquer outra situação, deveria ser negociada com o Comando (que fazia reuniões

todos os dias). Apesar da proposta pífia do governo – que nós não aceitamos – a greve trouxe união entre o Incra e o MDA, e dentro do Incra, em si. Houve problemas, claro, mas a união foi primordial, foi a primeira vez que houve”, ressaltou.

Segundo Raulino, o governo sequer passou perto de atender à pauta do Instituto. “Queríamos recursos financeiros para a reforma agrária, reestruturação do Incra e do MDA, recomposição da força de trabalho e reestruturação dos



planos de carreira dos dois órgãos, com reajuste salarial. Após algumas rodadas de reunião, o governo chegou a apresentar uma tabela que trazia rebaixamento de salários para o início das carreiras do nível superior, com disparidades que variavam de negativo a 29% (intermediário) e de negativo a 40% (superior). Os reajustes seriam sobre a GDARA e a GDATA e, com isso, os aposentados seriam prejudicados. Por conta de tudo isso, decidimos não aceitar”, avaliou.

### Na mídia

Uma questão que chamou a atenção dos delegados durante a avaliação da greve foi a repercussão do movimento na mídia tradicional, o que de certa forma ajudou a pressionar o governo pela negociação. “Nós conseguimos pautar a greve na mídia: mau ou bem, isso pautou o governo e nos deu espaço para abrir o debate. Essa situação, criada pela nossa capacidade de ter unificado os trabalhadores em torno de demandas co-

muns, nos fortalece para o próximo período, no qual vamos ter que ir de novo para o enfrentamento”, considerou o dirigente do Sintsep-GO e da Condsef, Gilberto Jorge, que participou de praticamente todas as mesas de negociação com o Ministério do Planejamento.



Conforme explicou Gilberto, embora a greve tenha terminado “os acordos têm algumas cláusulas que nos possibilita buscar processos de negociação ainda este ano. No entanto, a prioridade neste primeiro momento é a devolução dos dias parados, cujo acordo já foi selado entre Condsef e governo,

com previsão de folha suplementar para 15 de outubro. Lá em Brasília, a grande maioria dos órgãos cortou nossos salários. Em Goiás, isso só não aconteceu devido à ação rápida do Sintsep-GO junto aos órgãos. No caso do Ministério da Saúde (MS), por exemplo, é preciso destacar a atuação dos companheiros Vicente e Marcos Aurélio, cuja ação impediu que houvesse retaliação ao movimento no Estado. Já no restante do país, houve corte de ponto, não só no MS, mas em vários órgãos”, informou.

## Confira a opinião de alguns dos companheiros que estiveram na Plenária do Sintsep-GO:



“Quero ressaltar o esforço dos colegas e parabenizar a direção do Sintsep-GO. É importante saber que tem muitos colegas que vão lá, dão a cara a tapa, quando muitos sequer participam. Quero parabenizar a direção e os colegas que fizeram parte de tudo isso”.



“Foi um movimento de classe, político/ideológico, de questionamento e resistência à postura deste governo, que apesar de eleito pela classe trabalhadora, tem governado para o setor privado.”

“Quero parabenizar a direção do Sintsep-GO pela organização do movimento. Para mim foi gratificante ver os companheiros na mídia e nas ruas”.



“Nos meus 20, 30 anos de trabalho eu nunca vi a coordenação da Funasa parar, e eles pararam. Este movimento trouxe uma politização fundamental para a base dos servidores e para a população brasileira. É preciso mostrar que está chegando um momento de efervescência do trabalhador brasileiro, no sentido de cobrar do governo um compromisso maior com este setor no país”.



“Tive alegria e honra de, como aposentado, participar das mobilizações. Parabéns aos companheiros e ao Sintsep-GO. Conseguimos atingir, sensibilizar o governo. O governo hoje não reza na sua própria cartilha de proposta do governo, isso dificultou e muito a conclusão do movimento da greve. O nosso Sintsep-GO e o Sintsep-DF foram os baluartes do movimento em Brasília. Teve presença, teve visibilidade e teve ação no trabalho”.



“Graças ao trabalho do Sintsep-GO (apoiado pela Condsef e pela CUT) está aqui no Diário Oficial da União de 30 de julho do ano em curso, vários companheiros tiveram a oportunidade de revisar suas aposentadorias, passando a receber seus proventos de forma integral, já a partir do pagamento do mês de setembro. Outros a partir do de outubro. Nós conferimos isso nos RHs de cada órgão. Por mais uma satisfação, por mais uma vitória, queremos anunciar que conseguimos melhorar a faixa salarial dos nossos aposentados”.



“Eu vejo que nós servidores saímos de um primeiro momento que não iria haver nada, que era zero para todo mundo. Com muita coragem, fomos à rua, e colocamos o nosso protesto. Nós mostramos que temos sangue na veia e vergonha na cara, que não somos moleques. Quero agradecer a todos que tiveram coragem, já que meu setor – devido à greve anterior – não conseguiu se mobilizar para participar, e também foi beneficiado”.

“Sempre se consegue mais ou menos conforme a força do movimento. A 1ª proposta foi ridícula, a 2ª deu pra pegar - e foi melhor que a do ano passado. Mas, o mais difícil são as críticas vazias. Sindicalista que se preze, se não pode ajudar, se não tem coragem, não deve prejudicar a luta”.

